



RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC À 54.^a ASSEMBLEIA PLENÁRIA, NA SEQUÊNCIA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM 18 DE OUTUBRO DE 2023, SOB O TEMA: "AMPLIFICAR AS VOZES DOS CIDADÃOS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL: COLMATAR A LACUNA RESPEITANTE AO ENVOLVIMENTO, APROXIMANDO O PARLAMENTO DO POVO"

Senhor Presidente, solicito a aprovação por parte desta Assembleia Plenária do Relatório da Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais à 54.^a Sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, apresentado para efeitos da sua apreciação a 22 de Novembro de 2023.

ÍNDICE

1.0	COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	3
2.0	TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO	3
3.0	DATA DA REUNIÃO.....	3
4.0	ANTECEDENTES.....	3
5.0	INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO SECRETARIADO DA SADC SOBRE O DESEMPENHO SECTORIAL.....	4
6.0	RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES E APRESENTAÇÕES EFECTUADAS EM 18 DE OUTUBRO DE 2023.....	5
7.0	OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO	11
8.0	CONCLUSÃO.....	12
9.0	ANEXOS	14

1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

No momento da reunião, a composição da Comissão era a seguinte:

1. Senhor Deputado Ishmael Ndaila Onani (Presidente)	Malawi
2. Senhora Deputada Hawa Subira Mwaifunga (Vice-Presidente)	Tanzânia
3. Senhor Deputado Domingos Mussokola	Angola
4. Senhor Deputado Polson Majaga	Botswana
5. Senhora Deputada Nadine Mangabu Luabeya	RDC
6. Senhor Deputado Makatleho Motsoasele	Lesoto
7. Senhor Deputado Lova Herizo Rajaobelina	Madagáscar
8. Senhora Deputada Marie Genevieve Stephanie Anquetil	Maurícia
9. Senhor Deputado Carlos Manuel	Moçambique
10. Senhor Deputado Phillipus Katamelo	Namíbia
11. Senhor Deputado Rocky Uranie	Seychelles
12. Senhor Deputado Seiso Joel Moha	África do Sul
13. Senhora Deputada Mutinta Mazoka	Zâmbia
14. A informar	Zimbabwe
15. A informar	Eswatini

2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) do Fórum Parlamentar da SADC retira o seu mandato do artigo 15º da Constituição do Fórum Parlamentar da SADC e da alínea c) do artigo 42º do Regimento Interno do Fórum Parlamentar da SADC, citado da seguinte forma: "Lidar com questões relativas à agricultura, pescas, exploração florestal e vida selvagem, água e ambiente, energia, transportes, turismo, TIC, meteorologia, segurança alimentar e recursos naturais."

3.0 DATA DA REUNIÃO

A Comissão Permanente de FANR realizou uma Sessão de Audiência Pública por via virtual na quarta-feira, 18 de Outubro de 2023, sob o tema "**Amplificar as Vozes dos Cidadãos na Integração Regional na África Austral: Colmatar a Lacuna Referente ao Envolvimento, Aproximando o Parlamento do Povo**".

4.0 ANTECEDENTES

A Região da África Austral continua a sofrer secas e ciclones causados pelas alterações climáticas com grave impacto na suficiência alimentar e nutricional. Durante a estação chuvosa de 2022/2023, muitas áreas da Região registaram precipitação abaixo da média. Por exemplo, o sul de Angola, o norte do Botswana, o norte da Namíbia, o sudoeste da Zâmbia e o nordeste de Madagáscar assistiram a uma das estações mais secas desde 1981. Em geral, a maioria dos Estados-Membros registou padrões de precipitação erráticos.

Por outro lado, alguns Estados Membros registaram tempestades tropicais e ciclones que provocaram fortes chuvas e inundações, causando extensa destruição das infra-estruturas e a ruptura dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, o que teve um impacto negativo na produção agrícola e resultou em feridos e mortos. Simultaneamente, alguns países da Região

também registaram surtos de gafanhotos vermelhos migratórios africanos, que levaram à destruição de milhares de hectares de pastagens e campos de cultivo.

A África Austral é dotada de recursos naturais e de recursos transitórios (não renováveis), mas as populações da Região continuam a viver na pobreza mais abjecta, apesar da disponibilidade destes importantes minerais à disposição dos Governos dos Estados Membros. Os minerais em bruto estão a ser exportados com isenção de impostos para outras partes do mundo e as empresas estrangeiras mostram-se relutantes em pagar direitos de autor e dividendos.

De acordo com a nova política do Fórum Parlamentar da SADC, as sessões de consultas públicas tornaram-se uma característica regular das Comissões Permanentes. Esta é uma medida deliberada tomada para promover a interacção activa relativamente a questões regionais entre os Parlamentares, enquanto decisores e representantes eleitos, e os cidadãos e partes interessadas. Desde a sessão inaugural de consultas públicas em Novembro de 2022, cada segunda sessão será dedicada a estas consultas públicas até nova informação a este respeito.

Tendo em conta a situação acima descrita, os Deputados da SADC têm a exigente tarefa de apresentar estratégias para melhorar a preparação e as respostas para enfrentar a crescente ameaça das secas e inundações causadas pelas alterações climáticas sobre a segurança alimentar e a nutrição. Em vista dos recentes ciclones tropicais, são necessárias medidas drásticas para aumentar a resiliência das comunidades em termos de infra-estruturas e protecção da vida humana e dos meios de subsistência através de estratégias implementáveis que possam ser utilizadas para garantir o financiamento sustentável dos esforços de adaptação e mitigação das alterações climáticas.

Por conseguinte, a Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais reuniu-se para receber as contribuições dos cidadãos e deliberou sobre os vários desafios nos sectores da agricultura e da energia que a Região da SADC enfrenta. Assim, a Comissão apresenta o presente relatório à 54.^a Sessão Plenária da Assembleia para deliberação e adopção.

5.0 INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO SECRETARIADO DA SADC SOBRE O DESEMPENHO SECTORIAL.

A Comissão recebeu duas apresentações que foram feitas por funcionários do Secretariado da SADC, a saber: o Doutor Justify Shava, Chefe do SPGRC e o Senhor Duncan Samikwa, Funcionário Superior Responsável pelos Programas - Segurança Alimentar e Agricultura.

O Doutor Shava destacou o mandato da Direcção de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR), indicando que esta tem o mandato de coordenar e facilitar o desenvolvimento, a promoção e a harmonização de políticas e programas que visam aumentar a produção e a produtividade agrícola e dos recursos naturais e garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento económico sustentável, a promoção da biodiversidade e o desenvolvimento e a

facilitação de políticas harmonizadas e sólidas de gestão ambiental, incluindo o turismo.

O orador informou os Deputados sobre as unidades de FANR, nomeadamente a **Segurança Alimentar e Agricultura**, que trata do Sistema de Gestão de Informações Agrícolas, do Programa de Desenvolvimento de Culturas, incluindo pragas de plantas e outros. Em segundo lugar, falou sobre o **Ambiente e as Alterações Climáticas**, que trata da implementação do Protocolo sobre o Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, estratégias de Biodiversidade e outras questões. Em terceiro lugar, falou sobre a **Gestão dos Recursos Naturais**, que trata da implementação da pesca, da silvicultura e da vida selvagem e outros aspectos. Em seguida, falou sobre o **Turismo**, que trata da implementação do Protocolo sobre o Desenvolvimento do Turismo e outros assuntos. Por último, o orador falou sobre o **Centro de Recursos Fitogenéticos da SADC** (SPGRC), que trata de tecnologias e normas adequadas.

O Senhor Duncan Samikwa reflectiu sobre as dez (10) perguntas referentes a questões temáticas de incidência para as quais se solicitou uma resposta à Direcção. Para cada pergunta, foram dadas várias respostas que serviriam de recomendações para implementação pelos Estados Membros. As Perguntas e Respostas constam do **Anexo 1**.

6.0 RESUMO DOS CONTRIBUTOS E APRESENTAÇÕES EFECTUADAS EM 18 DE OUTUBRO DE 2023.

A Comissão recebeu nove (9) apresentações sobre os seguintes tópicos:

6.1 Abordagem da Insegurança Alimentar na SADC

A apresentação foi feita pela Senhora Mutale Chambanenge, cujo trabalho de investigação se intitulava: "**Efeitos do Posicionamento Geográfico de um País na Segurança Alimentar Nacional na Região da SADC**". A oradora informou a Comissão que a Região da SADC se debatia em geral contra a insegurança alimentar, motivo pelo qual, em 2021, 48% das pessoas na Região da SADC se encontrava em situação de insegurança alimentar, um aumento de 5,5% em relação a 2020. O surto da pandemia da Covid 19, afirmou ainda, levava à diminuição do comércio internacional, situação que era prejudicial para os países da SADC, mais dependentes do comércio mundial do que do comércio regional.

Na sua investigação, comparou países africanos que eram Países Menos Desenvolvidos Sem Litoral (PMDSL), Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) e Países de Trânsito (PT). Os resultados revelaram que os PMDSL estavam menos dependentes das importações de cereais e menos equipados para irrigação, enquanto os PEID eram os mais dependentes das importações de alimentos e os mais equipados para irrigação, e tinham a menor variabilidade da produção alimentar e uma variabilidade comparável do abastecimento alimentar, uma vez que eram vulneráveis às inundações.

A oradora encorajou os PMDSL e os PEID a intensificarem as intervenções para se aumentar a produção alimentar *per capita* e o comércio agrícola. Referiu,

além disso, que estes países precisavam de aumentar o acesso a fontes hídricas de melhor qualidade e que era necessário intensificar as intervenções nutricionais destinadas a reduzir a prevalência de crescimento retardado e de excesso de peso nas crianças com menos de cinco anos, tanto nos Países Menos Desenvolvidos Sem Litoral como nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

6.2 O Papel dos Deputados em Assegurar a Responsabilização pelo Financiamento do Combate às Alterações Climáticas

A Comissão recebeu uma apresentação do Senhor Nciko Wa Nciko, representante da Amnistia Internacional, sobre os desafios das alterações climáticas, tais como o aumento das temperaturas e a fraca produção agrícola. O Senhor Wa Nciko salientou também que os Estados Membros da SADC não conseguiram resolver as crises das alterações climáticas.

Na sua apresentação, o Senhor Nciko informou a Comissão que os Estados industrializados e ricos causaram e continuavam a acelerar as alterações climáticas devido às emissões que produziam nos seus países e que afectavam a camada de ozono, resultando em alterações climáticas que tinham impactos negativos não só na vida das pessoas, mas também na segurança alimentar e noutras consequências socioeconómicas. O orador também se mostrou preocupado com o facto de estes países não proporcionarem o financiamento necessário para combater as alterações climáticas aos países africanos em desenvolvimento.

Segundo o orador, os Estados Membros da SADC deviam promover a inclusão e a sensibilização ao género em relação às alterações climáticas e, ao mesmo tempo, implementar o Acordo de Paris. Aconselhou também os Estados Membros a garantirem recursos para o financiamento da luta contra as alterações climáticas para reparar infra-estruturas danificadas e atenuar outros efeitos das alterações climáticas.

6.3 Como é que os países devem melhorar as suas estratégias de preparação e resposta para fazer face à ameaça crescente das secas e inundações causadas pelas alterações climáticas sobre a segurança alimentar e a nutrição?

A Comissão recebeu a apresentação sobre este assunto da Senhora Annie Namuuya Sikanwe, que recordou à Comissão que o Freddy foi o ciclone mais prolongado e com maior produção alguma vez registado em todo o mundo e foi o terceiro ciclone tropical mais mortífero registado no Hemisfério Sul, apenas atrás do ciclone Idai de 2019 e do ciclone Flores de 1973. A Senhora Annie Namuuya Sikanwe ressaltou que os impactos se fizeram sentir mais em Moçambique do que em Madagáscar e incluíram chuvas fortes na metade meridional do país e infra-estruturas consideravelmente danificadas, cujo custo está estimado em 655 milhões de dólares.

A oradora informou a Comissão de que, durante a época das colheitas de 2022/2023, se registaram secas e inundações em toda a região sul, tendo os fenómenos climáticos incluído os ciclones Freddy e Idai. Portanto, a população

rural e os grupos marginalizados foram os mais afectados devido ao lento ritmo de resposta dos governos por causa dos investimentos inadequados no estado de preparação para catástrofes.

A Senhora Annie Namuuya Sikawe indicou ainda que as perdas e danos no sistema alimentar conduziram a uma má nutrição na África Austral. Este problema também levou à subnutrição e ao crescimento atrofiado. De acordo com o relatório do FMI de 2022, segundo a oradora, a maioria dos países da África Austral estava classificada como tendo um crescimento atrofiado devido à má nutrição e a uma adição inadequada de valor. Citou o exemplo do Malawi, que registava um atraso no crescimento de 37%.

Na sua intervenção final, aconselhou os governos a investirem em soluções de energia limpa e renovável a favor dos pobres e a melhorarem as práticas agrícolas. Além disso, falou sobre a importância de criar sistemas de alerta precoce para se detectar perigos a tempo e proporcionar redes de segurança social em casos de emergência. A Senhora Annie Namuuya Sikanwe também aconselhou os Membros a defenderem a promoção do uso de sementes locais e autóctones que conseguissem resistir a condições climáticas adversas. Por último, encorajou os Estados Membros a investirem no sector da nutrição.

6.4 Declaração de Posição sobre as Alterações Climáticas

O Senhor Edward Chidombe Msiska apresentou uma comunicação na qual indicava que o Malawi era um dos países mais vulneráveis às alterações climáticas devido à sua limitada capacidade de adaptação, elevada dependência de bens e serviços ecossistémicos, exposição ao risco climático sendo, por conseguinte, propenso a fortes tempestades, inundações, ondas de calor, períodos de seca, escassez de água e até doenças mentais.

Na sua apresentação, o orador informou a Comissão de que os jovens e as crianças eram vulneráveis às crises climáticas e às catástrofes naturais, enquanto as mulheres sofriam mais durante essas crises. Apresentou estatísticas segundo as quais, durante o ciclone Freddy, pelo menos 2.267.458 pessoas (1.110.639 homens e 1.156.819 mulheres) foram afectadas. Nesta avaliação, pelo menos 56% das pessoas afectadas eram crianças e 7,2% pessoas portadoras de deficiência. Prosseguiu a sua apresentação asseverando que, no máximo, 78% da população afectada eram jovens, mas estes não participavam nos espaços de decisão onde eram concebidas as intervenções relacionadas com o clima e os seus problemas não eram reconhecidos nos planos.

O Senhor Edward Chidombe Msiska citou a falta de plataformas apoiadas pelo governo destinadas a crianças e jovens em matéria de alterações climáticas e questões ambientais; a falta de apoio ao envolvimento de jovens e crianças em questões que os afectavam; o envolvimento limitado dos jovens nos espaços de concepção de Programas para o Clima, incluindo iniciativas de gestão do risco de catástrofes e processos de tomada de decisões; mensagens técnicas sobre o clima para que os jovens e as comunidades rurais compreendessem plenamente as questões das alterações climáticas e as acções climáticas conjuntas, assim

como os mecanismos de financiamento complicados para projectos e inovações apresentados pelos jovens.

Para enfrentar os desafios acima referidos, o orador exortou os Estados Membros da SADC a envidarem esforços deliberados no sentido de envolver os jovens nos processos de tomada de decisões, bem como de criar mecanismos de financiamento flexíveis destinados aos jovens no espaço das inovações climáticas e ecológicas. Em segundo lugar, os Ministérios responsáveis pela luta contra as alterações climáticas deviam trabalhar em estreita colaboração com os académicos para explicar as mensagens de comunicação sobre o clima, uma vez que a maioria das terminologias era de natureza técnica e, por último, os Estados Membros da SADC, através dos Ministérios responsáveis, deviam apoiar financeiramente e tecnicamente as plataformas para crianças e jovens que lidavam com as alterações climáticas e as questões ambientais.

6.5 Declaração de Posição: Promover a Transparência e a Responsabilização na Transição de Energia no Malawi

À Comissão foi feita uma apresentação pela Senhora Rehema Patricks, assim intitulada: **“Promover a Transparência e a Responsabilização na Transição de Energia no Malawi”**. Na sua apresentação, a oradora sublinhou que o Malawi aderiria ao imperativo global da transição para fontes de energia limpa e sustentável, a fim de que as alterações climáticas fossem combatidas e o desenvolvimento económico fosse promovido, sendo fundamental para esse fim dar-se toda a prioridade à transparência e à responsabilização no sector da extracção, o que inclui a entrega a cuidadoso escrutínio das implicações respeitantes aos direitos humanos no âmbito de projectos de mineração e da gestão de receitas do mesmo sector de extracção.

A Senhora Rehema Patricks emprestou também especial relevância a algumas das principais implicações respeitantes aos direitos humanos em projectos de mineração, assim como a preocupações acerca da gestão de receitas do sector de extracção no Malawi. A oradora referiu-se então ao substancial grau de deslocação de populações da terra, cuja escala tinha tido severas consequências de ordem social e económica – como o reassentamento, a perda de terras aráveis, a perda de subsistência e de acesso a certos recursos. Mais adiantou ao também relevar que os cidadãos forçados ao reassentamento se viam deparados com dificuldades quanto à compensação a que tinham direito, a qual nem comensurável era com a envergadura da sua perda quando tinham migrado. Isto porque por vezes os pagamentos eram feitos de forma duvidosa, o que tornava ainda mais difícil que a esses cidadãos fosse feita justiça.

Quanto ao impacto ambiental, disse também, o sector da mineração tinha trazido como consequência ao Malawi um elevado grau de degradação ambiental, relativamente a poluição da água e a desflorestação, afectando sobremaneira o direito das pessoas de contarem com um ambiente limpo e saudável. A Senhora Rehema Patricks forneceu também exemplos de mineração ilícita na zona de Mangochi que tinham levado à destruição da floresta de Namizumi e contaminado os rios Unga, Lugwena e Lugola, deixando tanto as

fontes de água como as terras ribeirinhas inutilizáveis para as comunidades vizinhas.

No que respeitava à questão da transparência fiscal, a oradora informou a Comissão sobre a falta de transparência que subsistia em receitas, tanto tributáveis como não tributáveis, relativamente a certas companhias nas indústrias do sector da extracção. Em 2020, o sector de mineração do Malawi tinha contribuído unicamente com 1,7% para o PIB do país; o que reflectia claramente os limitados benefícios dali derivados.

No termo da sua apresentação, a Senhora Rehema Patricks instou a Comissão de Supervisão Parlamentar dos Recursos Naturais do Malawi a tudo fazer no cumprimento do seu mandato no que respeitava a questões relativas ao sector da extracção, de forma a reforçar a transparência e a responsabilização. Também aconselhou a que houvesse um contínuo desenvolvimento de capacidades dos seus Membros, a fim de que estivessem preparados para poderem interrogar da forma mais activa quaisquer questões do foro da mineração. A oradora mais exortou o Governo a abrir um Fundo Soberano através do qual quaisquer proventos derivados do sector da mineração pudessem ser utilizados em benefício dos concidadãos. Muito aparte isso, o Governo poderia formular quadros jurídicos que obrigassem as companhias mineiras a levar em linha de conta a reabilitação e a regeneração ambiental, através dos quais também as pudesse julgar responsáveis por quaisquer danos causados. Mais ainda, a Senhora Rehema Patricks exortou também o Governo a implementar um sistema de avaliações obrigatórias sobre o impacto mais abrangente, no âmbito dos direitos humanos, para todos os projectos de mineração que envolvessem a extracção de minerais de específica relevância. Esse sistema, por conseguinte, seria activado previamente à aprovação da concessão de licenças de mineração, cabendo aos Estados Membros a promoção de consultas e do envolvimento dos concidadãos na tomada de decisões sobre questões que afectassem as suas comunidades.

6.6 Alterações Climáticas e Questões de Segurança Humana na Região da SADC

A apresentação agora feita esteve a cargo da Senhora Kgaugelo Mkumbeni que quis realçar o conceito de que a Região da África Austral fosse uma das regiões mais susceptíveis em todo o mundo de sofrer as consequências das alterações climáticas, pela via do impacto de intensa pluviosidade, de inundações, de ciclones tropicais e também de secas, acabando por dificultar o desenvolvimento dos Estados Membros da SADC. Tais condições climáticas, adiantou, também serviam de séria ameaça à segurança humana e alimentar.

A oradora fez alusão ao Relatório Global de 2022 sobre Crises Alimentares, o qual indicava que havia 43 milhões de pessoas na região da SADC sujeitas a condições de séria insegurança alimentar. O grupo mais vulnerável reunia mulheres e raparigas, principalmente durante a prevalência de condições atmosféricas mais adversas. A Senhora Kgaugelo Mkumbeni relevou também que havia uma ligação às alterações climáticas no que respeitava à incidência de

várias doenças resultantes dessas condições climatéricas mais adversas, afectando sobremaneira e ainda a prestação de serviços sanitários.

Presentemente, adiantou a oradora, a República Malgaxe (Madagáscar) deparava-se com as consequências da pior seca de há mais de quarenta (40) anos a esta parte. Certas zonas de Angola, da Tanzânia, do Zimbabwe e da Zâmbia também se viam seriamente afectadas por prolongados períodos de seca. O impacto de condições climáticas adversas também se traduziam em transtornos de maior para infra-estruturas como habitações, escolas, hospitais e também mercados, muito aparte também afectarem a geração de energia eléctrica, entre muitos outros. Assim sendo o impacto das alterações climáticas não só afectava a sobrevivência daqueles dependentes da agricultura como de uma forma mais abrangente acabava por afectar o desenvolvimento de sectores de relevância fulcral e exacerbar a pobreza e a insegurança da subsistência em toda a Região.

A oradora também informou os Membros que as alterações climáticas verificadas na Região da SADC já contribuíam para um maior fluxo migratório de habitantes de zonas rurais para urbanas. Ao haver mais perdas de colheitas associadas à repetida ocorrência de secas, havia cada vez mais indivíduos, particularmente no caso de pequenos agricultores de colheitas de subsistência, a abandonarem as suas terras para optarem pela migração rumo a centros urbanos onde buscar oportunidades de auferir rendimentos alternativos. As alterações climáticas, previa-se também, exacerbavam o fenómeno desses fluxos migratórios induzido pela prevalência de certas condições ambientais.

À luz das supracitadas dificuldades, a Senhora Kgaugelo Mkumbeni encorajou os Estados Membros da SADC a melhorarem a investigação sobre a segurança climática e a avaliação dos riscos de segurança relacionadas com as condições climáticas na Região, por forma a que os referidos riscos fossem atempadamente mitigados. Aconselhou também a que se melhorasse a coordenação, a todos os níveis, entre os diferentes participantes, assim como o empenho político na promulgação de quadros jurídicos quanto a financiamentos relativos a condições climáticas, a políticas, e à utilização de todos os instrumentos disponíveis em prol da mitigação das consequências das alterações climáticas, tanto para os cidadãos como para o próprio ambiente. A oradora exortou ainda os Estados Membros a fazerem uso de todos os seus quadros governamentais na concretização de um consenso sobre as medidas tomadas sobre o clima, ainda que de permeio houvesse interesses diversos, a fim de se proporcionar o apoio necessário aos grupos mais afectados. E, por fim, aconselhou que os Estados Membros integrassem o género na sua programação de medidas tomadas sobre o clima.

6.7 Que medidas devem os Estados Membros da SADC tomar para a optimização da exploração sustentável de minerais transitórios que assegurem benefícios económicos e a protecção ambiental?

Relativamente a este tópico, a Comissão contou com a apresentação do Senhor Prosper Chimbadzwa, na qual o orador relevou as dificuldades com que se era deparado devido à degradação ambiental originada pelas alterações climáticas,

assim como aquela respeitante a infra-estruturas. As matérias-primas, adiantou, estavam a ser exportadas para países do além-mar sem que tais exportações fossem taxadas tributariamente, o que se traduzia em enorme perda de receitas para os Estados Membros da SADC. O orador insistiu em que fossem tomadas medidas mitigantes que servissem de protecção ao meio ambiente e aos recursos mineralíferos.

O orador quis também salientar a falta de implementação e de vontade política que havia na protecção ambiental e de recursos mineralíferos. O Senhor Prosper Chimbadzwa também fez referência ao Protocolo da SADC sobre a Mineração, alegando que não havia vontade política da parte de Governos de Estados Membros da Região para que fosse implementado. No entanto, acrescentou ainda, havia medidas que os mesmos Governos podiam tomar para assegurar uma exploração sustentável de minerais transitórios, a garantia de benefícios económicos e a protecção ambiental.

Nas suas observações finais, o orador exortou os Estados Membros da SADC a reverem as suas políticas e a legislação sobre o sector da mineração para que se optimizassem os benefícios derivados da venda de minerais, que fossem formulados mecanismos de rastreio da implementação das políticas e estatutos sobre a exploração mineralífera, que houvesse colaboração e partilha de experiências entre intervenientes, para o reforço da capacidade institucional dos Membros a fim de que se pudesse questionar eficazmente as políticas de mineração, que a transparência e a responsabilização fossem promovidas para garantir que as companhias mineiras pagassem fielmente as suas devidas taxas fiscais e os seus dividendos, e em prol também do envolvimento da comunidade em questões relacionadas com a exploração mineralífera que a afectasse, que se criasse um mercado regional onde os Estados Membros pudessem ditar o preço dos minerais, e que se encorajasse as companhias mineiras que implementassem práticas de gestão de resíduos.

6.8 Os Jovens e as Mulheres na agricultura

A Comissão contou ainda com a apresentação da Senhora Michelle Makina sobre a participação das mulheres e dos jovens na agricultura, que salientou o facto de que o Malawi dependia em larga medida do sector agrário para o seu crescimento económico, uma vez que esse sector contribuía em cerca de 30% para o PIB e em cerca de 80% para os proventos derivados de exportações. Por sua vez, 52% dessas populações envolvidas na mineração eram mulheres e 80% dessas populações eram jovens.

Mesmo assim, especificou em seguida a oradora, a juventude deparava-se com falta de acesso a recursos agrícolas e ao desenvolvimento de capacidades. Em resultado, registava-se um aumento no desemprego no seio dos jovens, da ordem dos 15,2%, da insegurança alimentar e também uma baixa participação em actividades agrícolas. Da mesma forma, o Governo do Malawi perdia anualmente cerca de \$100 milhões em receitas, devido a essas lacunas nos géneros.

A Senhora Michelle Makina instou os Estados Membros da SADC a assegurarem que as políticas que deviam apoiar as mulheres e os jovens na agricultura fossem implementadas mercê precisamente o envolvimento das mulheres e dos jovens. A oradora exortou os Governos dos Estados Membros da Região a alargarem o acesso a terras e ao capital para que as mulheres e os jovens participassem de forma mais eficaz na produção agrícola. Por conseguinte, o Governo devia facilitar o desenvolvimento de capacidades para as mulheres e os jovens, de forma a promover um envolvimento mais activo das mulheres e dos jovens na agricultura. Desse modo o Governo devia facilitar o desenvolvimento de capacidades para as mulheres e os jovens, para que o seu envolvimento activo na agricultura fosse promovido e para que fossem prestados serviços agrícolas inteligentes relativamente ao clima.

6.9 A Articulação Água-Energia-Alimentos

A Comissão contou com outra apresentação, desta feita a cargo da Senhora Kornelia Lipenge, que se pronunciou acerca do melhoramento dos meios de subsistência nos Estados Membros da SADC, através da adopção da Energia Renovável Distribuída (ERD) para efeitos de utilização produtiva. A oradora delineou os objectivos específicos do Projecto de Energia Distribuída pelo CENTRO DA SADC PARA ENERGIA RENOVÁVEL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (SACREEE).

Esses objectivos são sumarizados da seguinte forma:

- i. Incrementar-se o acesso a Tecnologias de Energia Limpa e Renovável para uma utilização produtiva;
- ii. Promover medidas de mitigação das alterações climáticas em comunidades rurais.
- iii. Criar oportunidades económicas e capacitar as mulheres e os jovens em áreas seleccionadas da SADC, e
- iv. Promover um elo de AEA integrados através de Energia Renovável (ER) e de sistemas de boa gestão de Energia Renovável Distribuída (ERD) para uma utilização produtiva, levando a um quadro ambiental sustentável.

A Senhora Kornelia Lipenge entregou-se à explanação daquilo que são as actividades da articulação Água-Energia-Alimentos (AEA) levadas a cabo pelo SACREEE. Este projecto instala sistemas de irrigação movidos a energia solar, no Botswana, Malawi, Namíbia e Zâmbia, envolve a Agricultura Inteligente em relação ao Clima, através da irrigação gota a gota movida a Energia Renovável, prevê a instalação de sistemas de bombeamento de água movidos a energia solar em Angola, no Botswana e na Namíbia para uso doméstico, o cultivo de colheitas de milho, arroz e feijões e o fornecimento de água potável às comunidades. Este mesmo projecto, adiantou a oradora, prevê a formação das comunidades e de Oficiais de Extensão de cinco (5) Estados Membros sobre operações e a manutenção de sistemas de Energia Renovável e de Energia Renovável Distribuída para que a sustentabilidade ficasse assegurada.

7.0 OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO

A Comissão, em função das apresentações com que contou nas audiências públicas:

- a) **Notando** que, de acordo com a nova política do Fórum Parlamentar da SADC, as sessões de audiências públicas passaram a constituir ocorrência regular nos trabalhos da Comissão Permanente, promovendo o envolvimento activo entre Deputados, as entidades encarregadas da tomada de decisões, os representantes eleitos, cidadãos e intervenientes, acerca de questões regionais;
- b) **Apreciando vivamente** todas as apresentações de organizações e indivíduos, revestidas de perspicácia e de irrefutável estímulo;
- c) **Relembrando** a necessidade de estratégias que reforcem o grau de preparação e de resposta da Região à crescente ameaça, para a segurança alimentar e a nutrição, de secas e inundações induzidas pelas alterações climáticas;
- d) **Ciente** do facto de que a Região da África Austral seja dotada de recursos naturais e de recursos transitórios (não renováveis), ao mesmo tempo que o povo da Região subsiste em condições de abjecta pobreza;
- e) **Reconhecendo** que as alterações climáticas vão fazendo piorar a já crítica situação de fome e pobreza na Região da SADC;
- f) **Notando também** o uso de mecanismos de financiamento complicados para projetos e inovações da iniciativa da juventude;
- g) **Estando também consciente** de que as mensagens relacionadas com o clima sejam demasiadamente técnicas para que a juventude típica e as comunidades rurais se apercebam de forma lata do que significam questões sobre alterações climáticas e as medidas tomadas conjuntamente sobre o clima;
- h) **Notando ainda** que seja imperativa a necessidade de se transitar para fontes de energia limpa e sustentável, a fim de se combaterem as alterações climáticas e de se promover o desenvolvimento económico;
- i) **Estando convencida** de que os Estados Membros da SADC percam bastante receitas na venda de minerais,

TOMANDO AGORA EM CONSIDERAÇÃO O EXPOSTO, a Comissão resolveu recomendar à 54.^a Assembleia Plenária que:

- a) **Exorte** os Estados Membros da SADC a promoverem a inclusividade e a resposta às alterações climáticas relativamente ao género, enquanto que, e em simultâneo, implementando os requisitos previstos no Acordo de Paris;
- b) **Implore** aos Estados Membros da SADC que garantam recursos seguros em termos do financiamento de disposições destinadas à resposta a questões do clima, a fim de que infra-estruturas danificadas possam ser reparadas e que sejam mitigados outros aspectos relacionados com as mesmas alterações climáticas;
- c) **Encoraje** os Estados Membros da SADC a investirem em soluções de energia limpa e renovável que favoreçam os mais pobres;
- d) **Inste** os Parlamentos da SADC a reforçarem as suas Comissões Parlamentares sobre Recursos Naturais para que cumpram os seus mandatos adequadamente, particularmente no que respeita a questões relacionadas com alterações climáticas;

- e) **Encoraje também** os Estados Membros a abrir um Fundo Soberano, cujos proventos daí derivados beneficiem todos os cidadãos;
- f) **Solicite** os Estados Membros a formularem quadros jurídicos que obriguem as companhias de mineração a levarem em linha de conta a reabilitação e a regeneração ambientais, e que responsabilizem as mesmas companhias por quaisquer danos causados;
- g) **Exorte também** os Estados Membros a promoverem consultas e o envolvimento de cidadãos no processo da tomada de decisões acerca de questões que possam afectar as suas respectivas comunidades;
- h) **Encoraje ainda** os Estados Membros da SADC à investigação sobre a segurança climática e à avaliação de riscos de segurança relacionados ao clima na Região para a mitigação atempada de tais riscos;
- i) **Apele** aos Estados Membros da SADC a manifestarem o seu empenho político na promulgação de leis, de políticas e de orçamentos financeiros de resposta ao clima, usando instrumentos à sua disposição para a mitigação das consequências das alterações climáticas, tanto em relação a pessoas em risco como ao ambiente;
- j) **Apele também** a que SADC crie um mercado regional onde os seus Estados Membros ditem os preços dos minerais extraídos localmente;
- k) **Exorte ainda** os Estados Membros a facilitarem o desenvolvimento de capacidades para as mulheres e os jovens, a fim de se promover o seu envolvimento activo na agricultura, e
- l) **Apele ainda** aos Estados Membros a que facultem maior acesso a tecnologias de Energia Limpa e Renovável, muito em conta, para uso produtivo.

8.0 CONCLUSÃO

O impacto das alterações climáticas pode interagir com todo o tipo de tensões de ordem política, social e económica, que de alguma forma contribua para o incremento do grau de vulnerabilidades já existentes, o que por sua vez pode fazer aumentar o risco de instabilidade e de conflitos violentos. Algumas das formas pelas quais as alterações climáticas podem aumentar o risco de instabilidade e de conflitos violentos incluem a degradação das condições de subsistência, o aumento de fluxos migratórios, a mudança de padrões de mobilidade, a mudança de táticas de grupos armados, as operações estratégicas em resposta a impactos relacionados com o clima, assim como a exploração por parte de elites locais e nacionais associadas à gestão de recursos naturais em alturas de escassez.

As mulheres e as raparigas são aquelas mais afectadas pelo impacto de choques de ordem climática. Através de toda a Região da SADC, o impacto das alterações climáticas sobre as mulheres e as raparigas fica intrinsecamente coligado à intersecção entre a discriminação e violações aos seus direitos humanos, e à sua dignidade. Tanto secas como o fenómeno da desertificação podem significar que as mulheres e as raparigas tenham de caminhar diariamente maiores distâncias em busca de água e de lenha (ou de outros tipo de combustível), o que sobrecarrega os seus trabalhos e expõe-nas a riscos associados à violência. Posto isto, há assim a clara necessidade da SADC melhor compreender e avaliar

os riscos associados ao clima, o que inclui a entrega à coordenação entre os diferentes sectores por forma a que tais riscos sejam mitigados e evitados.

A Comissão deseja por esta via agradecer à Senhora Secretária-Geral e a todo o pessoal do Secretariado do do Fórum Parlamentar da SADC o magnífico trabalho e facilitação prestada às audiências públicas, as quais originaram toda a preparação deste relatório.

Senhor Deputado Ishmael ONANI
PRESIDENTE

Senhor Teboho HANDY
SECRETÁRIO DA COMISSÃO